

Isolamento comercial atrasa e empobrece o país

Nota Técnica 11/2021 - Abertura comercial

O Brasil é um dos países mais fechados do mundo para o comércio internacional. De acordo com a OMC, a tarifa média brasileira em 2020 é 13,3%, para bens industriais é de 13,8%. Essa taxa é uma das mais altas entre países emergentes e ricos de economia similar.¹ Esse quadro é resultado de um longo histórico de protecionismo e programas mal desenhados de incentivo à indústria nacional, sem metas ou contrapartidas. Além de não surtir o efeito desejado, essas medidas reduziram nossa produtividade, atrasaram reformas e tendem a pressionar a inflação para cima.

Desse modo, o Brasil acabou ficando sistematicamente fora das melhores conquistas da globalização, levando mais tempo que outros países para alcançar as inovações produzidas no mundo e condenando a maioria dos brasileiros a se manterem distantes do progresso.

Diante deste quadro, o Livres:

1. Reafirma o direito dos brasileiros de escolherem a origem do que consomem sem pagar taxas excessivas por isso;
2. Defende a flexibilização das regras do Mercosul para permitir que o Brasil avance na abertura da economia, reduzindo as tarifas de importação e fazendo acordos de livre comércio com países fora do bloco;;
3. Entende que não se pode banalizar

quaisquer formas de proteção ou subsídio a setores da economia. Contudo, se aplicados, precisam ter embasamento empírico, metas, avaliação periódica e prazo para serem removidos.

Partindo dessa perspectiva, acompanhamos com preocupação as movimentações legislativas que representam riscos de retrocessos na agenda da abertura comercial do país, conforme detalhamos a seguir.

1. PL do Protecionismo (PL 537/2021)²

Este projeto busca definir uma série de parâmetros para a redução de tarifas de importação que, na prática, criam amarras contra uma futura abertura comercial. Um exemplo é a determinação de que qualquer alteração tenha que ser alvo de consulta pública e audiências com o setor empresarial, e que seja verificada a existência de uma indústria nacional a ser protegida.

Ao amarrar o número máximo de produtos que podem ser alvo de reduções tarifárias, bem como a alteração máxima para cima ou para baixo das alterações tarifárias, o projeto se coloca como uma barreira a uma abertura comercial.

Ou seja, esta proposta busca inverter a lógica natural das relações do Estado com a sociedade para impor que a liberdade do consumidor é que precisa ser justificada para os setores empresariais, e não a proteção a determinadas empresas e setores que precisa

ser subordinada à aprovação da sociedade. É emblemática, nesse sentido, a completa ausência, no texto da proposta, da palavra consumidor.

2. Redução da Taxa Externa Comum (TEC) do Mercosul

O governo brasileiro vem defendendo a flexibilização das regras atuais do Mercosul para possibilitar a negociação de acordos comerciais com países fora do bloco. Para que isso seja possível, é exigido consenso entre os países membros.

Apesar da oposição do presidente argentino, os presidentes de Brasil e Uruguai seguem defendendo a redução substancial das tarifas e a possibilidade de cada país negociar acordos comerciais livremente. Se o Brasil pretende participar dos mercados globais, precisa rever suas tarifas e os termos de sua relação com o Mercosul.

A abertura comercial tem de ser uma reforma prioritária para que haja apoio dos empresários e demais setores da sociedade para outras reformas importantes. Afinal, se as empresas brasileiras não enfrentam concorrência com empresas estrangeiras, não há urgência para que as empresas nacionais pressionem os legisladores pela simplificação da burocracia, para citar um exemplo.

Na verdade, o que vemos são muitas lideranças empresariais gastando sua atenção e recursos para solicitar subsídios e desonerações especiais. Dessa forma, contribuem para a consolidação de um ambiente de negócios confuso, burocrático e extremamente desigual. Enquanto as grandes

corporações conseguem privilégios através da pressão política, tanto o pequeno empreendedor quanto os consumidores sofrem as consequências e não têm força política suficiente para se opor com efetividade.

Com a redução da proteção, a população em geral teria acesso a produtos e serviços do mundo inteiro, ampliando suas possibilidades de escolha não só pelo preço, mas também de acordo com o que melhor atende suas necessidades.

Há, inclusive, impactos na inflação: de acordo com o economista Edmar Bacha³ a redução das barreiras à importação contribuiria para o tão necessário aumento da produtividade, além de reduzir as pressões inflacionárias.

A pressão inflacionária iria cair, pois com menores taxas de importação, os produtos estrangeiros ficariam mais baratos no mercado doméstico e os produtores nacionais teriam que praticar margens de lucro menores, cobrando preços mais baratos por seus produtos, sob pena de perder mercado para os concorrentes estrangeiros. Isso reduziria o custo de vida do brasileiro, fazendo com que sobre mais dinheiro no fim do mês.

Apesar de sentir os maiores efeitos dessas medidas, a população em geral é quem tem menos voz nessa discussão. Enquanto os grupos empresariais empenham recursos para proteger seus setores de concorrência externa, os consumidores praticamente não têm quem os defendam.

Isso ocorre porque os benefícios de uma abertura comercial são difusos: os consumidores e empresas menores, que têm pouco acesso ao mercado externo, não conseguem se organizar para defender seus interesses.

Já as grandes companhias, que têm maior fatia do mercado doméstico e precisam enfrentar a concorrência das empresas de fora, usam de suas conexões políticas para inviabilizar a abertura comercial.

Conclusão e Recomendações:

A escolha sobre quais produtos e serviços consumir ou utilizar como insumo para produção interna deve estar nas mãos dos consumidores e das empresas. Proteção e taxas de importação excessivas, que deveriam ser a exceção, são a regra no Brasil. Esse cenário precisa mudar urgentemente. Para isso, no âmbito do governo federal, é necessário:

1. Planejar uma abertura comercial gradual, com o claro objetivo de redução substancial das taxas de importação;
2. Estabelecer metas e regras claras e rígidas para os casos raros em que se verifiquem vantagens em proteger um setor específico;
3. Retomar a boa diplomacia em prol da entrada brasileira na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No âmbito legislativo, recomendamos a **integral rejeição do PL 537/2021**.

Pela Liberdade,
Livres.

Com a colaboração de:
Deborah Bizarria
Coordenadora de Políticas Públicas do Livres

Sandra Rios
Conselheira Acadêmica do Livres



Associação Livres
R. Henrique Monteiro, 234 - Pinheiros
São Paulo - SP
CEP: 05423-020

Contato:
contato@eusoulivres.org
+55 11 3032-1355

Referências

1. [Tariffs and imports: Summary and duty ranges](#). OMC. 05/08/2022
2. [PL 537/2021](#). Câmara dos Deputados. 05/08/2021
3. BACHA, Edmar. [Abertura já! O país tem uma conta de capital aberta, mas uma conta de comércio fechada. É uma receita pronta para o crescimento empobrecedor](#). 16/03/2021
4. BIZARRIA, Deborah. [O isolamento do Brasil no comércio internacional](#). Nexo: 08/07/2021.
5. The Economist: [Donald Boudreaux and Douglas Irwin on free-trade tips from 1846](#). 25/11/2021.